

# **Infraestrutura Brasil Holding I S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2021 e o  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da  
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende: quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Marcelo de Figueiredo Seixas  
Contador  
CRC nº 1 PR 045179/O-9

## **Relatório da Administração**

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding I S.A (“Companhia” ou “IBH I”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2021:

### **A Companhia**

A IBH I é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a: Sol do Sertão Holding S.A e controladas indiretas a Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”), estas que iniciaram a operação comercial em agosto de 2021.

As SPes estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia, e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 475 MWp, contando com painéis solares fotovoltaicos bifaciais, capazes de gerar energia com mais eficiência.

### **Governança corporativa**

A IBH I vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

### **Responsabilidade ambiental e social**

A IBH I vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais.

### **Recursos humanos**

O capital humano é extremamente relevante para a IBH I, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

Todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19 foram monitorados e acompanhados pela Administração, através do monitoramento diário da situação e da adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Todas as medidas necessárias para garantir a saúde dos colaboradores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais protetionais aos colaboradores, criação de Comitê de Covid, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

## **Agradecimentos.**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Sol do Sertão no exercício de 2021.

São Paulo, 24 de março de 2022.

**A Administração**

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.923	2.912	54.511	248.754
Títulos e valores mobiliários	7	-	18.231	-	18.231
Contas a receber	6	-	-	11.918	-
Impostos a recuperar		550	442	600	450
Despesas antecipadas		117	107	1.641	1.700
Partes relacionadas	13	10.102	-	10.071	-
Adiantamentos		431	95	442	95
Outros		810	133	1.989	133
		<u>34.933</u>	<u>21.920</u>	<u>81.172</u>	<u>269.363</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	45.008	-
Despesas antecipadas		10	38	223	678
Partes relacionadas	13	-	5.268	-	4.448
Investimentos	8	448.326	363.069	-	-
Imobilizado	9	1.085	1.560	1.369.236	515.981
Intangível	10	19	-	24.111	23.644
		<u>449.440</u>	<u>369.935</u>	<u>1.438.578</u>	<u>544.751</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>484.373</u>	<u>391.855</u>	<u>1.519.750</u>	<u>814.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>PASSIVO</u>	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	11	368	212	26.267	77.600
Empréstimos e financiamentos	14	422.358	463.904	467.807	463.904
Obrigações trabalhistas		7.028	3.193	7.187	3.193
Tributos e contribuições sociais e recolher		61	115	3.433	1.266
Partes relacionadas	13	-	2.500	-	2.500
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	19.244
Arrendamento	12	397	363	397	363
Estoque de terceiros		-	-	172	-
		<u>430.212</u>	<u>470.287</u>	<u>505.263</u>	<u>568.070</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	960.040	324.476
Arrendamento	12	135	484	135	484
Provisão para contingências	15	-	-	286	-
		<u>135</u>	<u>484</u>	<u>960.461</u>	<u>324.960</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	17				
Capital social		650.001	650.001	650.001	650.001
Capital social a integralizar		(438.741)	(650.000)	(438.741)	(650.000)
Prejuízos acumulados		(157.234)	(59.673)	(157.234)	(59.673)
Outros resultados abrangentes		-	(19.244)	-	(19.244)
		<u>54.026</u>	<u>(78.916)</u>	<u>54.026</u>	<u>(78.916)</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>484.373</u>	<u>391.855</u>	<u>1.519.750</u>	<u>814.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	91.279	-
Custos com energia elétrica	19	-	-	(14.609)	-
Custos de operação	19	-	-	(23.686)	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	(38.295)	-
RESULTADO BRUTO		-	-	52.984	-
RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS					
Despesas gerais e administrativas	20	(15.390)	(746)	(16.771)	(1.154)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	(41.973)	(1.137)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(57.363)	(1.883)	36.213	(1.154)
Receitas financeiras		1.133	1.512	4.343	1.554
Despesas financeiras		(41.331)	(59.122)	(125.629)	(59.893)
RESULTADO FINANCEIRO	21	(40.198)	(57.610)	(121.286)	(58.339)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(97.561)	(59.493)	(85.073)	(59.493)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(12.488)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(97.561)	(59.493)	(97.561)	(59.493)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(97.561)	(59.493)	(97.561)	(59.493)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	19.244	(19.244)	19.244	(19.244)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(78.317)</u>	<u>(78.737)</u>	<u>(78.317)</u>	<u>(78.737)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	50.001	(50.000)	-	(180)	(179)
Aumento de capital em 14 de fevereiro de 2020	215.000	(215.000)	-	-	-
Aumento de capital em 18 de setembro de 2020	650.000	(650.000)	-	-	-
(-) Redução de capital em 18 de setembro de 2020	(265.000)	265.000	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(59.493)	(59.493)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting	-	-	(19.244)	-	(19.244)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	650.001	(650.000)	(19.244)	(59.673)	(78.916)
Integralização de capital em 23 de setembro de 2021	-	211.259	-	-	211.259
Prejuízo do exercício	-	-	-	(97.561)	(97.561)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting	-	-	19.244	-	19.244
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	650.001	(438.741)	-	(157.234)	54.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo do exercício	(97.561)	(59.493)	(97.561)	(59.493)
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Resultado da equivalência patrimonial	41.973	1.137	-	-
Depreciação e amortização	621	322	19.927	322
Ganho na alienação de ativos	-	-	(64)	-
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	30.734	14.680	103.388	14.807
Amortização dos custos de transação	7.212	-	7.761	-
Juros sobre arrendamento	45	21	45	21
Provisões	(90)	103	2.959	550
Provisão para contingências	-	-	286	-
Ajuste a valor justo do passivo de aquisição de investimento	-	(8.881)	-	(8.881)
(Aumento) diminuição dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(11.918)	-
Impostos a recuperar	(108)	(442)	(150)	(450)
Despesas antecipadas	18	(145)	514	(2.378)
Partes relacionadas	(5.234)	(4.868)	(5.623)	(4.448)
Adiantamentos	(336)	(95)	(347)	60
Outros	(677)	(132)	(1.855)	(132)
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	246	109	(59.034)	789
Tributos e contribuições sociais e recolher	(54)	115	12.285	1.266
Obrigações trabalhistas	3.835	3.193	3.994	3.193
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(19.376)	(54.376)	(25.393)	(54.774)
Juros pagos	(19.291)	(4.623)	(19.291)	(4.698)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(10.117)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(38.667)	(58.999)	(54.801)	(59.472)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	18.231	(18.231)	(26.777)	(18.231)
Adições ao imobilizado	(110)	(948)	(838.758)	(439.108)
Recebimentos pela venda de ativos	-	-	452	-
Adições ao intangível	(23)	-	(477)	(8)
Investimentos em controladas	(107.986)	(359.569)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(89.888)	(378.748)	(865.560)	(457.347)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Contratos de mútuos a receber	400	(400)	-	-
Contratos de mútuos a pagar	(2.500)	2.500	(2.500)	2.500
Pagamento de arrendamento	(392)	(108)	(392)	(108)
Aumento de capital	211.259	-	211.259	-
Captação de empréstimos	145.585	762.404	723.538	1.186.880
Amortização de empréstimos	(205.786)	(328.588)	(205.786)	(428.640)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	148.566	435.808	726.119	760.632
<b>ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>20.011</b>	<b>(1.939)</b>	<b>(194.242)</b>	<b>243.813</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.912	4.851	248.753	4.941
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.923	2.912	54.511	248.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia tem como controladora direta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”).

Essas SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia possuem capacidade instalada total de 475.760 MWp, sendo 163.850 MWp da OB I, 171.773 MWp da OB II e 140.137 MWp da OB III. As SPEs entraram em operação conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Projeto</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>
OB I	Terra Sol XI	21/08/21
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/21
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/21
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/21
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/21
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/21
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/21
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/21

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

#### Continuidade das operações

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$395.279 na Controladora e R\$424.091 no Consolidado. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação considerando que as controladas indiretas entraram em operação e começaram a gerar caixa referente a venda de geração de energia (a estimativa da receita para 2022 é de cerca de R\$177 milhões). E se necessário haverá aportes dos acionistas em caso de dívidas de curto prazo não serem negociadas.

### Impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nas operações

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 se tratava de uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e de entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pelo COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Todas as medidas necessárias para garantir a saúde dos colaboradores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais protetionais aos colaboradores, criação de Comitê de Covid, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

A Administração da Companhia tomou as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, readequar o cronograma de obras bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de março de 2022.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem para definir o pagamento contingente, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e a alocação do preço de aquisição societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

## e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %	
	2021	2020
<u>Controlada direta</u>		
Sol do Sertão	100%	100%
<u>Controladas indiretas</u>		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de créditos esperados.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.



### 3.7. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

### 3.8. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (contratos de energia marcados a mercado / valor justo) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### 3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### 3.11. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

### 3.12. Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora e controlada direta o Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

### 3.13. Instrumentos financeiros

#### Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

#### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Instrumentos derivativos - "Hedge"

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF ("Non-Deliverable Forward") cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “hedge” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o “hedge accounting”.

As principais características das atividades de “hedge” das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

#### 3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 3.15. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

### 4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

#### (i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2021

- a. No exercício de 2021 não houve a adoção de novas práticas que impactassem as demonstrações financeiras.

#### (ii) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2022

Uma série de alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia avaliou e não adotou de maneira antecipada essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 15	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
CPC 26	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
CPC 25	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
CPC 3, CPC 48, CPC 6 e CPC 29	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
CPC 50	Contratos de Seguros	01/01/2023
CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>	Postergada indefinitivamente

Não se espera que estas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	3	-
Depósitos bancários	286	2.161	25.845	215.345
Aplicações financeiras	22.637	751	28.663	33.409
	<u>22.923</u>	<u>2.912</u>	<u>54.511</u>	<u>248.754</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (ii)	-	-	9.072	-
CCEE (i)	-	-	2.846	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.918</u>	<u>-</u>

(i) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(ii) Contas a receber através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato foi feito em condições usuais de mercado pelas controladas e prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG entre o período de novembro de 2021 e dezembro de 2041 referente a 83% da capacidade instalada das usinas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há registro de provisão para perdas de crédito.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CDB a 99% do CDI (i)	-	18.231	-	18.231
CDB (ii)	-	-	3.656	-
Conta reserva (iii)	-	-	41.352	-
	<u>-</u>	<u>18.231</u>	<u>45.008</u>	<u>18.231</u>
Circulante	-	18.231	-	18.231
Não Circulante	-	-	45.008	-

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia:

- (i) Garantias às NDFs (Non-Deliverable Forward) contratadas pelas controladas indiretas OBI, OBII e OBIII durante a vigência dos respectivos contratos, que venceram em agosto de 2021 (mais detalhes na nota explicativa nr 22).
- (ii) CDB emitida em garantia aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”) e;
- (iii) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida.

## 8. INVESTIMENTOS

a) Informações da controlada em 31 de dezembro de 2021:

	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Sol do Sertão	100	467.800	424.712	22	424.690	(41.973)
		<u>467.800</u>	<u>424.712</u>	<u>22</u>	<u>424.690</u>	<u>(41.973)</u>

b) Movimentação do investimento

Controlada	Valor do investimento em 2020	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2021
Sol do Sertão	363.069	107.986	(41.973)	19.244	448.326
	<u>363.069</u>	<u>107.986</u>	<u>(41.973)</u>	<u>19.244</u>	<u>448.326</u>

Controlada	Valor do investimento em 2019	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2020
Sol do Sertão	23.881	359.569	(1.137)	(19.244)	363.069
	<u>23.881</u>	<u>359.569</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(19.244)</u>	<u>363.069</u>

c) Aquisição dos investimentos

Em 26 de novembro de 2019, a IBH I adquiriu 100% das cotas da Sol do Sertão de seu cotista Eduardo Pimentel Serra (“Vendedor”), através do Contrato de Compra e Venda de Quotas (“Contrato”). A formalização do fechamento da operação foi documentada através do Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Cotas (“Termo de Fechamento”) em 20 de dezembro de 2019.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, conforme laudo de avaliação foi determinado no valor total de R\$23.881 conforme a seguir:

Ativos identificáveis	Investimento
Valor justo de ativos e passivos identificáveis	245
Intangível - Contrato de Autorização OB I (i)	8.763
Intangível - Contrato de Autorização OB II (i)	7.090
Intangível - Contrato de Autorização OB III (i)	7.778
Ágio não alocado (i)	5
	23.881

- (i) O valor justo do intangível e da parcela do ágio não alocada no montante de R\$23.636 contempla a apuração do valor do contrato de autorização apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (FDC) a uma taxa projetada de 11,5%, por um período de 35 anos que equivale ao prazo dos contratos. No que tange a taxa de desconto adotada para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, foi adotado metodologia CAPM – “Capital Asset Pricing Model”, que resulta na estimativa de uma taxa alinhada a retornos de mercado para empresas/ativos comparáveis. No consolidado esses valores são apresentados como ativo intangível.

d) Valor do preço de aquisição

O preço total da aquisição do investimento está composto da seguinte forma:

- a) pagamento à vista, em 20 de dezembro de 2019, no valor de R\$15.000.
- b) pagamento de segunda parcela a ser efetuado mediante atendimento de certas condições contratuais (“*Earnout*”). A Administração, com base nas informações e cenário conhecido na data da aquisição, determinou o valor de R\$8.881 dessa segunda parcela.

Nesse contexto, ao longo de 2020, não foram cumpridas as condições estabelecidas no contrato para o pagamento do “*Earnout*”. Os principais motivos para tal estão relacionados à alteração das condições de mercado devido à pandemia da Covid-19, o que resultou, por exemplo, em aumento dos custos indexados ao dólar americano e em aumento no preço de diversos serviços e produtos, os quais foram considerados de maneira diversa no fechamento do Contrato. Dessa forma, a Administração revisou o valor justo dessa parcela e determinou que o mesmo deve ser revertido. A reversão desse valor foi registrada no resultado do exercício, pois se refere a eventos ocorridos após a data da aquisição (nota explicativa nr 20).

## 9. IMOBILIZADO

a) Composição do ativo imobilizado

	Controladora		
	Taxa média depreciação	Saldo líquido em 2021	Saldo líquido em 2020
<u>Imobilizado administrativo em operação</u>			
Máquinas e equipamentos	20%	226	174
Edificações e benfeitorias	33%	285	498
Direito de uso – edificações (nota explicativa nr 12)	33%	464	765
Móveis e utensílios	10%	110	123
		1.085	1.560

	Consolidado		
	Taxa média depreciação	Saldo líquido em 2021	Saldo líquido em 2020
<b>Imobilizado administrativo em serviço</b>			
Máquinas e equipamentos	20%	226	174
Edificações e benfeitorias	33%	285	498
Direito de uso - edificações	33%	464	765
Móveis e utensílios	10%	110	123
		<u>1.085</u>	<u>1.560</u>
<b>Imobilizado operacional em serviço</b>			
Máquinas e equipamentos	4,1%	1.336.902	-
Edificações e benfeitorias	3,5%	20.039	-
Móveis e utensílios	6,3%	2	-
		<u>1.356.943</u>	
<b>Imobilizado operacional em construção</b>			
Máquinas e equipamentos		1.011	406.014
Edificações e benfeitorias		-	462
Sobressalentes		6.577	-
Serviços a ratear (i)		1.537	60.497
Adiantamento a fornecedores (ii)		2.083	47.448
		<u>11.208</u>	<u>514.421</u>
		<u>1.369.236</u>	<u>515.981</u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº674/2015, emitida pela ANEEL.
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Mapa de movimentação do ativo imobilizado

	Controladora								
	Saldo líquido em 2019	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 2021
Imobilizado administrativo em serviço	-			-					
Máquinas e equipamentos	-	195	(21)	174	110	-	-	(58)	226
Edificações e benfeitorias	-	592	(94)	498	-	-	-	(213)	285
Direito de uso - Edificações		968	(203)	765	32	-	-	(333)	464
Móveis e utensílios		127	(4)	123	-	-	-	(13)	110
	<u>-</u>	<u>1.882</u>	<u>(322)</u>	<u>1.560</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(617)</u>	<u>1.085</u>



	Consolidado								
	Saldo líquido em 2019	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 2021
Imobilizado administrativo em serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	195	(21)	174	110	-	-	(58)	226
Edificações e benfeitorias	-	592	(94)	498	-	-	-	(213)	285
Direito de uso - Edificações	-	968	(203)	765	32	-	-	(333)	464
Móveis e utensílios	-	127	(4)	123	-	-	-	(13)	110
	-	<u>1.882</u>	<u>(322)</u>	<u>1.560</u>	<u>142</u>	-	-	<u>(617)</u>	<u>1.085</u>
Imobilizado operacional em serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	1.355.962	(19.060)	1.336.902
Edificações e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	20.279	(240)	20.039
Direito de uso - Edificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	2	-	2
	-	-	-	-	-	-	<u>1.376.243</u>	<u>(19.300)</u>	<u>1.356.943</u>
Imobilizado operacional em construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	406.014	-	406.014	815.966	(388)	(1.220.581)	-	1.011
Edificações e benfeitorias	-	462	-	462	1.074	-	(1.536)	-	-
Sobressalentes	-	-	-	-	6.577	-	-	-	6.577
Serviços a ratear	-	60.497	-	60.497	24.068	-	(83.018)	-	1.537
Adiantamento	-	47.448	-	47.448	25.743	-	(71.108)	-	2.083
	-	<u>514.421</u>	-	<u>514.421</u>	<u>873.418</u>	<u>(388)</u>	<u>(1.376.243)</u>	-	<u>1.208</u>
	-	<u>516.303</u>	<u>(322)</u>	<u>515.981</u>	<u>873.560</u>	<u>(388)</u>	-	<u>(19.917)</u>	<u>1.369.236</u>

## 10. INTANGÍVEL

## a) Composição do ativo intangível

	Controladora		
	Taxa média amortização	Saldo líquido em 2021	Saldo líquido em 2020
Intangível administrativo em serviço			-
Software	20%	19	-
		<u>19</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	Taxa média amortização	Saldo líquido em 2021	Saldo líquido em 2020
Intangível operacional em serviço			
Software	20%	79	8
Servidões		377	-
Contratos de autorização		23.631	23.631
Ágio		5	5
		<u>24.092</u>	<u>23.644</u>

Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles serão amortizados linearmente a partir de 2022 até o final da vigência do contrato.

b) Mapa de movimentação do ativo intangível

Controladora								
	Saldo líquido em 2019	Adições	Amortização	Saldo líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 2021
Intangível administrativo em serviço								
Software	-	-	-	-	23	-	(4)	19
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>19</u>
Consolidado								
	Saldo líquido em 2019	Adições	Amortização	Saldo líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 2021
Intangível administrativo em serviço								
Software	-	-	-	-	23	-	(4)	19
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>19</u>
Intangível operacional em serviço								
Software	-	-	-	-	-	85	(6)	79
Servidões	-	-	-	-	-	377	-	377
Contratos de autorização	23.631	-	-	23.631	-	-	-	23.631
Ágio	5	-	-	5	-	-	-	5
	<u>23.636</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.636</u>	<u>-</u>	<u>462</u>	<u>(6)</u>	<u>24.092</u>
Intangível operacional em andamento								
Software	-	-	-	-	85	(85)	-	-
Servidões	-	8	-	8	369	(377)	-	-
	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>454</u>	<u>(462)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>23.636</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>23.644</u>	<u>477</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>24.111</u>

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores	355	109	14.006	23.162
Retenção contratual	-	-	8.752	11.065
Provisões de fornecedores	13	103	3.509	550
Fornecedores internacionais	-	-	-	42.823
	<u>368</u>	<u>212</u>	<u>26.267</u>	<u>77.600</u>

12. ARRENDAMENTOS

a) Composição dos arrendamentos – contrato de aluguel IBH I

	Valor contratual	Data de início	Taxa de juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	2021
Contrato de aluguel	968	mai/20	3,5%	abr/23	Mensal	472
Aditivo de contrato	87	mai/21	3,5%	fev/23	Mensal	60
	<u>968</u>					<u>532</u>
Circulante						397
Não Circulante						135

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>2021</u>
2022	397
2023	135
	<u>532</u>

a.1) Movimentação dos arrendamentos referentes a contrato de aluguel:

	<u>Controladora</u>					<u>Saldo em 2021</u>
	<u>Saldo em 2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros a apropriar</u>	<u>Transferências</u>	
Circulante	363	-	(392)	45	381	397
Não circulante	484	32	-	-	(381)	135
	<u>847</u>	<u>32</u>	<u>(392)</u>	<u>45</u>	<u>-</u>	<u>532</u>

	<u>Controladora</u>				<u>Saldo em 2020</u>	
	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros a apropriar</u>		
Circulante		-	472	(108)	(1)	363
Não circulante		-	496	-	(12)	484
		<u>-</u>	<u>968</u>	<u>(108)</u>	<u>(13)</u>	<u>847</u>

b) Arrendamento de controladas indiretas

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 40 anos. A Companhia não registrou estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

### 13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Ativo</u>				
Compartilhamento de custos:			-	
OB I	31	161	-	-
OB II		143	-	-
OB III		116	-	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A(ii)	<u>10.071</u>	<u>4.448</u>	<u>10.071</u>	<u>4.448</u>
	<u>10.102</u>	<u>4.868</u>	<u>10.071</u>	<u>4.448</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mútuos:			-	-
Sol do Sertão (i)		400	-	-
	<u>10.102</u>	<u>5.268</u>	<u>10.071</u>	<u>4.448</u>
<u>Passivo</u>				
Mútuos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	-	2.500	-	2.500
	<u>-</u>	<u>2.500</u>	<u>-</u>	<u>2.500</u>
<u>Resultado</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A (ii)	10.071	4.448	10.071	4.448
Pátria Infraestrutura IV FIP	(213)	-	(213)	-
Pátria Infraestrutura III FIP	(2.703)	-	(2.703)	-
	<u>7.155</u>	<u>4.448</u>	<u>7.155</u>	<u>4.448</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) **Mútuos:** trata-se de operações feitas entre as SPEs e controladora a fim de cumprir com a estratégia de gerenciamento de caixa enquanto os financiamentos não eram desembolsados. O mútuo em aberto em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado no exercício de 2021.
- (ii) **Compartilhamento de custos – origem pela IBH I:** refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre as Companhias IBH I e IBH IV.

#### Remuneração da Diretoria

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I após compartilhamento corresponde a R\$1.645 (R\$570 em 31 de dezembro de 2020). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (ii) acima.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Contratos

#### (i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020 a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” – Investida OB I, recurso total de R\$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$62.654;

- Crédito “B” – Investida OB II, recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.
- Crédito “C” – Investida OB III recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

## (ii) CCB Itaú

Em 18 de setembro de 2020, a Companhia captou o valor de R\$264.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à instituição financeira Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”). A dívida é composta por principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,50% a.a.. Em 25 de outubro de 2021 foi realizado o pagamento dos juros em sua integralidade, sendo que para o valor de principal foi feita a portabilidade da CCB entre o Itaú e o Banco Santander S.A. (“Santander”) – veja item iv a seguir.

## (iii) CCB Itaú

No dia 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a captação de CCB junto ao Itaú no montante de R\$200.000 composto de principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,25% a.a.. A operação foi liquidada no vencimento, em 24 de setembro de 2021.

## (iv) CCB Santander

Em 25 de outubro de 2021, foi realizada a portabilidade da CCB entre o Itaú e Santander, originalmente emitida em 18 de setembro de 2020 (item ii), no valor de R\$264.000. A CCB foi aditada, alterando-se a data de vencimento para 25 de outubro de 2022 e a taxa de juros remuneratórios para 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,4% ao ano. A CCB é garantida por uma cédula indissociável ao *Revolving Credit Agreement*, celebrado em 11 de março de 2020, inicialmente entre Patria Infrastructure Fund IV, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-A, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-B, L.P. e Patria Infrastructure Fund IV (Cayman), L.P. , todos na qualidade de *Initial Borrowers*.

## (v) CCB Itaú

Em 28 de maio de 2021 a Companhia captou o valor de R\$ 149.500, a título de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022.

## b) Composição de empréstimos e financiamentos

<u>Empresa</u>	<u>Banco</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IBH I	Itaú	CDI + 2,50% a.a.	17/09/21	-	263.991
IBH I	Itaú	CDI + 1,00% a.a.	23/05/22	153.817	-
IBH I	Itaú	CDI + 1,25% a.a.	24/09/21	-	199.913
IBH I (i)	Santander	CDI + 1,40% a.a.	25/10/22	268.541	-
OB I, OB II e OB III	BNDES	IPCA + 4,18% a.a.	15/10/44	1.005.489	324.476
				<u>1.427.847</u>	<u>788.380</u>

		Controladora	
		2021	2020
Circulante		<u>422.358</u>	<u>463.904</u>
Não circulante			-
		Consolidado	
		2021	2020
Circulante		<u>467.807</u>	<u>463.904</u>
Não circulante		<u>960.040</u>	<u>324.476</u>

(i) Considera portabilidade da Cédula de Crédito Bancário entre Itaú e Santander.

c) Fluxo nominal

	Fluxo nominal
1 ano	467.807
2 anos	40.404
3 anos	40.665
4 anos	40.935
5 anos	41.216
Após 5 anos	796.820
	<u>1.427.847</u>

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

		Controladora						
		2019	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	2020
Circulante								
Principal		20.000	769.000	5.935	-	(328.588)	-	466.347
Juros		31	-	-	7.131	(4.623)	-	2.539
Custo de transação		-	(6.596)	-	-	-	1.614	(4.982)
		<u>20.031</u>	<u>762.404</u>	<u>5.935</u>	<u>7.131</u>	<u>(333.211)</u>	<u>1.614</u>	<u>463.904</u>
		Consolidado						
		2019	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	2020
Circulante								
Principal		20.000	869.000	5.987	-	(428.640)	-	466.347
Juros		31	-	-	7.206	(4.698)	-	2.539
Custo de transação		-	(6.596)	-	-	-	1.614	(4.982)
		<u>20.031</u>	<u>862.404</u>	<u>5.987</u>	<u>7.206</u>	<u>(433.338)</u>	<u>1.614</u>	<u>463.904</u>
Não circulante								
Principal		-	329.026	-	-	-	-	329.026
Custo de transação		-	(4.550)	-	-	-	-	(4.550)
		-	<u>324.476</u>	-	-	-	-	<u>324.476</u>
		<u>20.031</u>	<u>1.186.880</u>	<u>5.987</u>	<u>7.206</u>	<u>(433.338)</u>	<u>1.614</u>	<u>788.380</u>

Controladora							
Circulante	2020	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	2021
Principal	466.347	149.500	-	-	(202.347)	-	413.500
Juros	2.539	-	-	30.734	(22.730)	-	10.543
Custo de transação	(4.982)	(3.915)	-	-	-	7.212	(1.685)
	<u>463.904</u>	<u>145.585</u>	<u>-</u>	<u>30.734</u>	<u>(225.077)</u>	<u>7.212</u>	<u>422.358</u>

Consolidado								
Circulante	2020	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Transferências	Pagamentos	Amortização do custo de transação	2021
Principal	466.347	149.500	-	-	37.349	(202.347)	-	450.849
Juros	2.539	-	233	59.499	(20.317)	(22.730)	-	19.224
Custo de transação	(4.982)	(6.936)	-	-	1.891	-	7.761	(2.266)
	<u>463.904</u>	<u>142.564</u>	<u>233</u>	<u>59.499</u>	<u>18.923</u>	<u>(225.077)</u>	<u>7.761</u>	<u>467.807</u>

Não circulante								
Principal	329.026	580.974	73.513	-	(17.032)	-	-	966.481
Custo de transação	(4.550)	-	-	-	(1.891)	-	-	(6.441)
	<u>324.476</u>	<u>580.974</u>	<u>73.513</u>	<u>-</u>	<u>(18.923)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>960.040</u>
	<u>788.380</u>	<u>723.538</u>	<u>73.746</u>	<u>59.499</u>	<u>-</u>	<u>(225.077)</u>	<u>7.761</u>	<u>1.427.847</u>

- Em 6 de março de 2020, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo de empréstimos no montante de R\$20.278 referente a principal e juros da CCB contratado junto ao Banco Santander em 19 de dezembro de 2019.
- Em 20 de março de 2020, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$55.299 referente a principal e juros da CCB contratado junto ao Banco Votorantim em 20 de fevereiro de 2020.
- Em 18 de setembro de 2020, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$257.603 referente a principal e juros das Notas Promissórias contratadas junto ao Banco Votorantim em 20 de março de 2020.
- Em 21 de dezembro de 2020, a Sol do Sertão captou o valor de R\$100.000, a título de cédula de crédito bancário, junto a instituição financeira ABC. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,75% a.a. O empréstimo foi liquidado antecipadamente em 31 de dezembro de 2020.
- Em 28 de maio de 2021, a Companhia captou o valor de R\$149.500, a título de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022.
- Em 24 de setembro de 2021, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos no montante de R\$208.351 referente a principal e juros da CCB contratada junto ao Itaú em 30 de setembro de 2020.
- Em 25 de outubro de 2021, a Companhia liquidou os juros no montante de R\$16.726 referente a CCB contratada junto ao Itaú em 18 de setembro de 2020. Na mesma data, foi realizada a portabilidade da CCB entre o Itaú e Santander. A CCB foi aditada, alterando a data de vencimento para 25 de outubro de 2022 e a taxa de juros remuneratórios para 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,4% ao ano.

- As controladas indiretas receberam durante o exercício de 2021 R\$580.972 referente ao financiamento com o BNDES.

e) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referentes as controladas indiretas OB I, OB II e OB III possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros a partir da divisão de caixa de atividades do ano de referência pelo serviço da dívida com base em informações das demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório apenas a partir do exercício de 2022. A Administração implementou controles adequados de forma a garantir que o índice de cobertura seja atendido no decorrer da vigência do contrato.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas	-	-	286	-
			286	

A Companhia foi incluída como parte em ação reclusat3ria trabalhista movida por ex-funcion3rio de empresa contratada para a fase de constru33o do Complexo Fotovoltaico Sol do Sert3o. Na a33o s3o reclamadas verbas trabalhistas rescis3rias e danos morais. A Administra33o da Companhia considera o risco de perda como prov3vel.

As controladas indiretas da Companhia possuem processos em fase administrativa correspondente a questionamentos sobre recolhimento de ISS. A Administra33o da Companhia e seus assessores jur3dicos considera o risco de perda como poss3vel (causa no valor de R\$2,5 milh3es).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUI33O SOCIAL

a) Concilia33o da al3quota efetiva do Imposto de renda e contribu33o social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Preju3zo antes do IR e CS	(97.561)	(59.493)	(85.073)	(59.493)
Al3quotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
	(33.171)	(20.228)	(28.925)	(20.228)
<u>Adi333es permanentes</u>				
Resultado de equival3ncia patrimonial	14.271	387	-	-
Perda com derivativos	-	13.233	-	13.233
Outras	301	335	326	722
Adi333es tempor3rias			-	
Provis33es de b3nus	948	752	948	752
Outras	128	70	128	70



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Exclusões			-	
Arrendamento	(121)	(35)	(121)	(35)
Reversão de outras provisões	(804)	-	(804)	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(18.448)	(5.486)	(28.448)	(5.486)
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(12.463)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(12.488)	-
Alíquota efetiva			43%	

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado é de R\$211.260 (representado por 211.259.381 ações). Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia era de R\$50,00 (representado por 50 ações). A composição do capital social por acionista é como se segue:

	2021 e 2020
Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%
	<u>100%</u>

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Geração de energia - Contratada	-	-	90.013	-
Geração de energia - CCEE	-	-	4.724	-
	-	-	94.737	-
Pis	-	-	(616)	-
Cofins	-	-	(2.842)	-
	-	-	(3.458)	-
	-	-	91.279	-

19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Compra de energia	-	-	(1.259)	-
Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia (TUST)	-	-	(13.350)	-
Custo com energia elétrica	-	-	(14.609)	-
Serviços de terceiros	-	-	(1.838)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(671)	-
Depreciação e amortização	-	-	(19.306)	-
Outros	-	-	(1.871)	-
Custo de operação	-	-	(23.686)	-
			(38.295)	-

20. RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e encargos	(9.209)	(5.391)	(9.209)	(5.391)
Serviços de terceiros	(4.165)	(3.289)	(5.172)	(3.670)
Depreciação e amortização	(621)	(322)	(621)	(322)
Ajuste a valor justo do passivo de aquisição de investimento (i)	-	8.881	-	8.881
Provisão para contingência	-	-	286	-
Outros	(1.395)	(625)	(1.483)	(652)
	(15.390)	(746)	(16.771)	(1.154)

(i) Valor correspondente a reversão do pagamento da segunda parcela referente a aquisição da empresa Sol do Sertão, conforme detalhes na (nota explicativa nr 8).

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos das aplicações financeiras	1.170	1.585	2.613	1.586
Ganho com variação cambial	-	-	-	30
Ganho com derivativos	-	-	1.776	-
Descontos obtidos	-	-	-	11
(-) Tributos sobre receita financeira	(55)	(73)	(69)	(73)
Outras receitas financeiras	18	-	23	-
<u>Receitas financeiras</u>	<u>1.133</u>	<u>1.512</u>	<u>4.343</u>	<u>1.554</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(30.734)	(13.066)	(133.245)	(13.193)
Juros capitalizados (iii)			29.857	
Comissões, garantias e fianças(i)	(10.337)	(6.794)	(19.208)	(7.347)
IOF	(204)	(288)	(618)	(288)
Perdas com derivativos (ii)	-	(38.892)	(2.103)	(38.892)
Outras despesas financeiras	(56)	(82)	(312)	(173)
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(41.331)</u>	<u>(59.122)</u>	<u>(125.629)</u>	<u>(59.893)</u>
	<u>(40.198)</u>	<u>(57.610)</u>	<u>(121.286)</u>	<u>(58.339)</u>

- i) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.
- ii) Em 20 de maio de 2020, a Administração da Companhia adquiriu instrumentos derivativos para proteger operações com exposição cambial das controladas indiretas (OB I, OB II e OB III). A contratação dos instrumentos derivativos não foi realizada diretamente pelas controladas indiretas visto que naquele momento, em função da paralisação de diversas atividades devido a pandemia da Covid19, as respectivas controladas indiretas não possuíam meios de realizar as operações diretamente. Assim, a IBH I realizou a contratação de instrumentos derivativos para proteger a aquisição de máquinas e equipamentos contratados pelas controladas indiretas com exposição em dólar. Em novembro de 2020 a Administração optou por liquidar os instrumentos derivativos contratados, realizando uma margem negativa de R\$38.892, e em seguida foram contratados instrumentos derivativos pelas controladas indiretas para cobertura das aquisições em moeda estrangeira (nota explicativa nr 22).
- iii) Valores capitalizados durante a fase pré-operacional do Complexo Fotovoltaico de Sol do Sertão.

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

### a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

#### (i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	Controladora		Mensuração a valor justo
	2021	2020	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalência de caixa	22.923	2.912	
Títulos e valores mobiliários	-	18.231	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>			
Partes relacionadas	10.102	5.268	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	368	212	
Empréstimos e financiamentos	422.358	463.904	
Partes relacionadas	-	2.500	
Arrendamento	532	847	
	-		
<u>Consolidado</u>			
	2021	2020	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Títulos e valores mobiliários	45.008	18.231	Nível 2
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	54.511	248.754	
<u>Custos amortizado</u>			
Contas a receber	11.918	-	
Partes relacionadas	10.071	4.448	

	Consolidado		Mensuração a valor justo
	2021	2020	
<u>Passivos financeiros</u>			
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.244	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>			
Fornecedores	26.267	77.600	
Empréstimos e financiamentos	1.427.847	788.380	
Partes relacionadas	-	2.500	
Arrendamento	532	847	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

c) Instrumentos financeiros derivativos – “Hedge Accounting”

Em 25 de novembro de 2020 as controladas indiretas OB I, OB II e OB III contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a possíveis variações que a taxa de câmbio referente principalmente à aquisição de módulos e inversores para compor componentes do Complexo Fotovoltaico de Sol do Sertão.

As NDFs contratadas foram equivalentes com o prazo e volume semelhante ao ativo coberto. Estes itens estavam previstos em contratos já firmados com os fornecedores e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou todos os contratos como passivos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado a seguir:

<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>“Notional” USD</u>	<u>Posição ativa BRL</u>	<u>Posição passiva BRL</u>	<u>Valor Justo</u>
Itaú	2021	USD-BRL	113.374	508.944	528.188	19.244

No exercício de 2021, no vencimento de cada operação foi feito o ajuste financeiro de cada uma destas operações foi calculado pela diferença entre as taxas (futuro contratado e Ptax de liquidação) multiplicado pelo volume contratado (“notional”). Os ajustes correspondentes as parcelas efetivas foram registradas como parte do custo do ativo imobilizado com efeito de perda no montante de R\$18.599. Ajustes correspondentes a operações que tiveram vencimento ou quantidade de moeda exposta diferentes do contratado foram registrados no resultado, com efeito de perda no montante de R\$327.

## 23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

## 24. GARANTIAS

### a) Fianças bancárias sobre Empréstimos e financiamentos

Garantias	Emissor	Consolidado	
		2021	2020
CCB Itaú	Banco Santander S.A	160.000	212.000
Financiamentos BNDES	Banco ABC Brasil	95.000	34.348
Financiamentos BNDES	Banco Santander S.A	455.000	164.512
Financiamentos BNDES	Banco Sumitomo Mitsui S.A	180.000	65.083
Financiamentos BNDES	Itaú Unibanco S.A	180.000	65.083
		<u>1.070.000</u>	<u>541.026</u>

Além de fiança bancária as garantias do financiamento com o BNDES incluem: i) penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão, OB I, OB II e OB III e ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

### b) Carta de crédito para fornecedores

Garantias	Emissor	Consolidado	
		2021	2020
Fornecedores internacionais	Banco Santander S.A.	-	287.066
		-	-
		<u>-</u>	<u>287.066</u>

A fiança emitida a favor da IBH I tem por objetivo garantir as obrigações assumidas pelas controladas Indiretas nas cartas de crédito emitida pelo Banco Itaú para os pagamentos do fornecedor Longi Solar Technology, que fornece os módulos para o complexo solar.

## 25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Constituição de arrendamento no imobilizado	32	934	32	934
Fornecedores a pagar – Capex	-	-	4.741	76.261
Provisões de fornecedores	(90)	103	2.959	550
Estoques de terceiros	-	-	172	-
	<u>(58)</u>	<u>1.037</u>	<u>7.904</u>	<u>77.745</u>

## 26. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais, D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção, transporte nacional e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Aportes de capital

Em 7 de fevereiro de 2022, houve aumento de capital na controlada indireta OB I em R\$11.000 mediante emissão de 11.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$1,00 cada, conforme AGE realizada nesta data. Sendo integralizado o valor de R\$500.na mesma data da AGE e R\$10.500 integralizado em 15 de fevereiro de 2022.

Em 15 de fevereiro de 2022, houve aumento de capital na controlada indireta OB II em R\$5.000, mediante emissão de 5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$1,00 cada, conforme AGE realizada nesta data.

Em 15 de fevereiro de 2022, houve aumento de capital na controlada indireta OB III em R\$6.000, mediante emissão de 6.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$1,00 cada, conforme AGE realizada nesta data.

---